

André Gustavo

Visão alemã sobre o endividamento dos países latinos

A dívida externa dos países latino-americanos é assunto que preocupa os banqueiros alemães, tão ou mais informados que as autoridades brasileiras sobre essa questão. O Sr. Jurgen Westphalen, executivo do Banco Germânico para a América do Sul — entidade especializada em financiar empreendimentos na América Latina — reuniu semana passada, em Bonn, na Alemanha, um grupo de jornalistas, todos latino-americanos, e deu o recado alemão sobre como encaminhar a questão.

A visão germânica não é catastrófica. Ao contrário, o primeiro passo para a compreensão do problema é uma decomposição da dívida. Segundo os dados exibidos, até o final de 1982, Brasil e México tinham as maiores dívidas dentre os países latinos. Cada um devia 83 bilhões de dólares. Mas, se a dívida for olhada como percentual do produto interno do país, o maior devedor é a Costa Rica, que comprometeu 134 por cento de seu PNB na dívida. Em seguida vem Nicarágua com 118%, Bolívia com 107% e o Chile com 101 por cento. O Brasil, neste caso, figura num modestíssimo 13º lugar com um comprometimento de 43 por cento de seu produto interno bruto.

Se a dívida for encarada na sua relação com a população do país, novamente o Brasil adquire uma posição modesta. Em primeiro lugar está a Venezuela, onde cada habitante deve a quantia de US\$ 2.253 dólares aos bancos internacionais. Em seguida vem a já citada Costa Rica com US\$ 1760 por habitante. O Brasil, em nono lugar, faz com que cada um de seus habitantes deva US\$ 668 aos bancos internacionais. A decomposição da dívida e sua compreensão através de outros mecanismos, além da simples leitura de seus quantitativos, dá inicio à negociação, segundo aquele representante do Banco Germânico para a América do Sul.

Sua proposta de negociação percebe, também, que as dívidas chegaram a aumentar a razão de 25% ao ano. No entanto, em 1982 e 1983 o ritmo de crescimento se reduziu a sete por cento. E tende a cair mais. Nesta perspectiva é que o Sr. Westphalen entende ser possível uma negociação onde tanto os bancos quanto os países endividados participem com determinação, objetividade e trabalho. A proposta, objetivamente, é a seguinte:

1 — Os bancos estatais ou as entidades como Banco Mundial e o BIRD devem refinanciar parte das dívidas externas, utilizando taxas de juros mais baixas (segundo os dados do Banco Germânico, 91% do total da dívida externa latino-americana foram financiados por bancos privados). As entidades do poder público devem alargar sua participação na renegociação da dívida.

2 — Parte da dívida externa dos países latino-americanos deve ser convertida em investimento direto, para desonrar aquelas economias do pesado ônus do pagamento de elevadas quantias a título de serviço da dívida.

3 — Alguns países deveriam trocar seu endividamento em dólar por uma cesta de moedas européias, negociando diretamente com bancos públicos. As taxas de juros são menores e os prazos são maiores.

Se adotada essa receita, segundo aquele economista, os países latino-americanos poderiam retomar um tímido crescimento econômico, algo em torno de dois ou três por cento, fato que os aliviaria da recessão, do desemprego e permitiria um reequilíbrio lento. Mas, de acordo com esta visão, os países latino-americanos deveriam manter a política de austeridade exigida pelo Fundo Monetário Internacional, condição básica para que a negociação prospere ("o FMI tem sido muito útil e está trabalhando bem", afirmou).

A receita alemã para contornar a crise tem condimentos curiosos. Os bancos germânicos têm um nível reduzido de comprometimento com a dívida latino-americana. Eles não são afetados diretamente pela crise, mas têm perdido oportunidades de negócios com o continente, uma vez que todos os países tornaram-se protecionistas e restringiram a um mínimo suas importações. Além disto, em países como o Brasil, onde existem grandes investimentos alemães, o receio da moratória — que deixaria empresas alemãs como a Volkswagen numa situação difícil — assusta os banqueiros. Por último, os alemães temem que uma eventual moratória latino-americana desestabilize o sistema bancário norte-americano e, por consequência, atinja o sólido conjunto financeiro alemão. Para ter uma idéia do alto risco dos bancos norte-americanos, o Citibank comprometeu em empréstimos a Brasil, Argentina, México e Venezuela 175% de seus depósitos. O Manufactures Hannover Bank, um dos gigantes norte-americanos, comprometeu 263% de seu capital, na operação latino-americana.

Assusta, portanto, aos alemães que os banqueiros dos Estados Unidos estejam numa situação tão crítica, capaz de abalar todo o sistema financeiro internacional, caso os latinos interrompam os pagamentos. Também por essa razão, os banqueiros insinuam a perspectiva de um novo acordo de Bretton Woods, porque entendem que as taxas de juros vão continuar a subir no mercado norte-americano, fato que tornará a situação dos bancos internacionais muito delicada. Um novo Bretton Woods significaria o remanejamento de credores e devedores, novas fórmulas de transações internacionais e a admissão pelos Estados Unidos que eles — com seu déficit anual de 300 bilhões de dólares — constituem, afinal, o maior devedor do planeta. Mas, isto é apenas um desejo que dificilmente vai se transformar em realidade. As idéias alemãs demonstram que a renegociação será lenta, difícil e cheia de melindres.

André Gustavo Stumpf